

---

# POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

*Indexing policy and documentary languages in school libraries*

---

Vera Lucia Ribeiro Guim (1) Mariângela Spotti Lopes Fujita (2)

(1) Mestranda em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp-Campus Marília), verinha.guim@gmail.com (2) Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> no Departamento de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp-Campus Marília), fujita@marilia.unesp.br

## Resumo

A discussão sobre as linguagens documentárias se apresenta como tema deste trabalho tendo como foco a política de indexação e bibliotecas escolares. O estudo objetiva contextualizar a consistência das linguagens com base nos elementos presentes na política de indexação. Dessa forma, tendo como metodologia a observação participante, verificaram-se as linguagens em duas bibliotecas escolares da rede pública de ensino. Apesar de possuírem o mesmo intuito e o mesmo público alvo, as escolas apresentam diferentes visões segundo seu público usuário. O estudo busca assim contextualizar as bibliotecas escolares e suas linguagens, bem como sua dinamicidade e representação com base nos aportes teóricos da política de indexação e ciência da informação.

**Palavras-chave:** Linguagens Documentárias. Política de Indexação. Bibliotecas Escolares.

## 1 Introdução

O tratamento documentário, a indexação e consequentemente sua política, são determinantes para a eficácia das linguagens documentárias, independentemente da especialização e tipo de biblioteca, uma vez que proporcionadas as condições necessárias às atividades envolvidas e desenvolvidas pelos indexadores, tornam os catálogos, manuais e/ou vocabulários cada vez mais relevantes para os usuários e profissionais.

Dessa forma, este estudo aborda conceitos e definições da indexação e do uso de linguagens documentárias nas bibliotecas escolares e tem o intuito de diagnosticar os elementos que constituem as linguagens documentárias e qual sua influência na consistência das linguagens para bibliotecas escolares. Ademais, o estudo elabora considerações sobre a política de indexação e linguagens documentárias a partir do uso da técnica da observação participante na aplicação da pesquisa etnográfica.

Diante disso, a fim de contextualizar as linguagens documentárias escolhidas pelas bibliotecas escolares,

## Abstract

The discussion on the documentary languages is the theme of this work focusing on the indexing policy and school libraries. The study aims to contextualize the consistency of languages based on the elements present in the indexing policy. Thus, with the participant observation as methodology, the languages in two libraries in public schools were analyzed. Although they had the same purpose and the same target audience, the schools had different views, according to their users. The study aims to contextualize school libraries and their languages, as well as their dynamics and representation based on the theoretical contributions of the policy of indexing and information science.

**Keywords2:** Documentary Languages. Indexing Policy. School libraries.

optou-se por analisar bibliotecas escolares, sendo uma de escala municipal e outra estadual em um município do Estado de São Paulo. Para tanto, a técnica de observação participante foi usada na aplicação da pesquisa etnográfica com o objetivo de identificar e observar os processos e linguagens documentárias utilizadas nas instituições participantes.

Dessa forma procuramos compreender as relações entre as bibliotecas e suas respectivas linguagens documentárias bem como visualizar o entendimento dos profissionais quanto às escolhas de linguagem documentárias.

Sendo assim, foi realizado um aprofundamento teórico e aplicação da observação participante nas bibliotecas escolares analisando e tendo como base o que foi disseminado sobre a indexação e linguagens documentárias, visto que isto possibilita novas observações, estudos e discussões relevantes para a Ciência da Informação.

## 2 A linguagem documentária na política de indexação e as bibliotecas escolares

Cabe a este capítulo expor alguns pontos presentes na literatura acerca da indexação enquanto tratamento da informação.

A recuperação de informações armazenadas num catálogo ou numa base de dados bibliográfica depende fundamentalmente de uma boa indexação dos assuntos contidos nos documentos incorporados ao acervo de uma biblioteca. Indexar significa representar o conteúdo temático de um documento, o que se faz mediante a determinação do assunto de que trata o documento, a seleção dos conceitos relevantes associados ao assunto determinado e à tradução desses conceitos para os termos autorizados de uma linguagem documentária. (Nunes, 2004)

Para Santos (2011) a indexação é atividade integrante do tratamento temático da informação documentária, que tem por finalidade extrair termos representativos do assunto de documentos com o objetivo de referenciá-los para uma melhor recuperação, e dessa forma é um método de Organização e Representação da Informação.

O processo de indexação é essencial para o desenvolvimento da instituição, independentemente da área em que atue, pois, a partir das representações e do compartilhamento de informações relacionadas com a execução de tarefas que envolvam a indexação, melhores são os resultados no ambiente da biblioteca.

Entende-se que o processo de indexação permite certa “liberdade”, visto que o indexador é quem decide quais termos e critérios utilizar. No entanto, seu propósito aponta a falta de parâmetros e normas como uma das dificuldades enfrentadas pelos profissionais, tanto para a representação dos documentos como para seu conhecimento e formação individual. Caso houvesse parâmetros para o estabelecimento de políticas de indexação, as representações documentárias certamente resultariam em uma melhor definição para a indexação almejada.

As bibliotecas possuem suas características próprias, o que também envolve a atividade da indexação, pois cada uma possui seu diferencial em relação ao acervo, a equipe, e a organização em si, portanto uma política de indexação se faz necessária como meio para auxiliar os profissionais e a instituição, por exemplo, evitando a perda de tempo.

Fujita (2010) afirma que a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação. Essa afirmação reforça que as organizações precisam perceber a influência e importância que a indexação exerce nos ambientes organizacionais, no entanto para que aconteçam mudanças, algumas estratégias necessitam ser estabelecidas e for-

muladas através de um política eficiente, com o intuito de que os indexadores adquiram uma nova visão e comportamento informacional.

Os objetivos de uma política de indexação são definir as variáveis que afetam o desempenho do sistema de informação, estabelecer o critério e princípios que guiarão a tomada de decisões para tornar o sistema de informação mais eficiente, a racionalização dos processos e a consistência das operações neles envolvidas (Carneiro, 1985).

O processo de indexação é um processo dinâmico e contínuo que permite aos indexadores da biblioteca trabalhar juntos, cooperar e interpretar as necessidades e atividades sempre mutantes. Composto por variáveis que influenciam todas as camadas da indexação, o processo de recuperação da informação, citado por Carneiro (1985, p.231) possui “variáveis que se referem aos níveis de exaustividade e especificidade requeridos pelo sistema, linguagem, capacidade de revogação e precisão do sistema”.

Dessa maneira, os bibliotecários necessitam ter a percepção de que não basta apenas identificar os elementos do documento sem fazer uma indexação adequada, pois para o desenvolvimento da instituição e conseqüentemente de seu acervo, se faz necessário buscar conhecimento para inovar e disseminar a informação. Essa busca por conhecimento fornece o suporte necessário a todo o corpo da biblioteca, pois como afirma Rubi e Fujita (2003, p.67) “a política de indexação é uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação, pois, somente depois de seu estabelecimento, é que o sistema em questão poderá definir suas características principais”.

Nesse sentido, as políticas de indexação orientam e guiam as decisões a serem estabelecidas nas instituições e descritas em um manual. Para a elaboração de uma política de indexação para bibliotecas, torna-se necessário considerar os elementos como cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos fontes, o processo de indexação (composto por requisitos como nível de exaustividade, nível de especificidade, escolha da linguagem e capacidade de revogação e precisão do sistema – Variáveis), estratégia de busca, tempo de resposta do sistema, formato de saída dos dados e avaliação do sistema. (Carneiro, 1985).

Sendo assim, as linguagens documentárias são variáveis pertencentes a uma política de indexação previamente estabelecida por meio do qual todo o tratamento documentário é pensado.

Em consonância com a ciência da informação, compreende-se que o entendimento das linguagens documentárias desponta como ferramenta essencial para a produção e organização da informação. Assim, a lingua-

gem perpassa dentro do tratamento documentário como atividade das bibliotecas cuja intenção é atender as metas e objetivos da unidade informacional.

As linguagens documentárias são linguagens construídas artificialmente que visam de maneira sucinta representar o conteúdo do documento.

Segundo Cintra (2002), as linguagens documentárias são consideradas instrumentos intermediários por meio dos quais se realiza a tradução das informações que foram identificadas e selecionadas na análise documentária para representação. Em um segundo momento, as linguagens documentárias servem para a tradução das necessidades informacionais do usuário em termos de busca para recuperação. Quando ocorre a compatibilidade entre a representação dessa necessidade de busca e a representação do conteúdo temático dos documentos, é que efetivamente ocorre a recuperação da informação.

[...] pode considerar-se a linguagem documental como todo o sistema artificial de signos normalizados que facilitam a representação formalizada do conteúdo dos documentos para permitir a recuperação manual, ou automática, de informação pedida pelos utilizadores. (Gil Urdiciain 1996, p.18, *apud* Malo, 2009 p. 68).

Assim o tratamento documentário faz uso de instrumentos em que os processos de análise e recuperação da informação são de clara relevância. Entre esses instrumentos destacam-se,

[...] as linguagens documentais definidas como conjuntos controlados de termos que fornecem regras sintáticas e semânticas e que tem por objeto a representação dos conceitos significativos dos temas dos documentos tanto durante a fase da indexação como durante a fase da busca da informação por parte dos usuários. (Agustín Lacruz; Fujita; Terra, 2013 p.8 *tradução livre*).

As bibliotecas, unidades de informação fazem uso das linguagens documentárias a fim de descrever o conteúdo dos documentos do acervo com o objetivo de armazená-los e recuperar as informações dispostas nos documentos. Dessa forma, as linguagens documentárias se dividem em duas classes, as linguagens documentárias hierárquicas e as linguagens documentárias alfabéticas.

Para Vale (1987, p.16), a escolha de uma linguagem documentária é um fator de grande importância para eficácia de um sistema de recuperação da informação, logo tal escolha necessita considerar os objetivos do sistema, o tipo de usuário e a abrangência ou a especificidade do assunto a ser tratado.

Entre as linguagens que mais se popularizaram e são mais facilmente encontradas nas instituições brasileiras destacam-se as classificações, linguagens pré-coordenadas que seguem uma estrutura hierárquica e sistemática, onde os conceitos são representados no momento da indexação. A Classificação Decimal de

Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) são as classificações mais populares no Brasil, datam do século XIX e buscam mapear o conhecimento em diferentes áreas, dispondo os assuntos com base nas divisões hierárquicas, partindo do mais geral para o mais específico.

As linguagens pós-coordenadas são agrupadas de forma mais coerente, lógica, alfabética e contextualizada, onde a busca permite que os termos se entrelacem em relações paradigmáticas ou sintagmáticas. Como exemplo de linguagens pós-coordenadas destacam-se os tesouros, originados no século XX e que apresentam uma dinamicidade mais característica e buscam satisfazer as necessidades de informação de forma mais específica sem que haja perdas. Seus principais utilizadores afirmam que eles se adequam perfeitamente às áreas especializadas, sem que seu uso se constitua regra.

Outro exemplo são os cabeçalhos de assunto. Ressalta-se que os cabeçalhos são linguagens pré-coordenadas que funcionam como linguagens pós-coordenadas, pois com o avanço tecnológico e softwares específicos com catálogos automatizados, esses catálogos permitem a busca por operadores booleanos. (AND, OR e NOT) e representam o assunto em cabeçalhos estruturados. Alguns autores os consideram uma das linguagens mais custosas, pois exigem um pouco mais de tempo, no entanto a especificidade e a precisão da informação garantem uma maior eficácia.

Por sua vez, as bibliotecas escolares cada vez mais buscam corresponder aos desafios de um mundo mais dinâmico, investindo em métodos e técnicas que proporcionem um melhor aproveitamento da informação existente no seu ambiente. De acordo com Macedo (2005, p.149) o manifesto UNESCO/Ifla para bibliotecas escolares afirma que “a biblioteca escolar propicia informação e ideias fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na atual sociedade – baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”. Para corresponder a esse desafio os gestores das bibliotecas buscam encontrar soluções que lhes permitam explorar e usar adequadamente a informação e os dados gerados no ambiente escolar.

Enfatiza-se que a biblioteca escolar é um serviço de informação que busca estabelecer relações de interação entre o sujeito, a informação e a cultura, para que o mesmo seja não só receptor, mas também um produtor. Nessa concepção, a biblioteca deixa de ser apenas um espaço de difusão ou disseminação da informação e da cultura, para ser também um espaço de expressão. (Amaro, 1998, p.58). Em outras palavras, a biblioteca escolar constitui um projeto institucional em contínuo desenvolvimento.

O Brasil possui, segundo o censo escolar realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) <sup>1</sup>, aproximadamente 53 milhões de alunos matriculados na educação básica, dos quais 85% estudam na rede pública. No entanto, os investimentos para a educação não acompanharam esse crescimento uma vez que em aproximadamente 72,5% das escolas não há biblioteca.

Dentre muitas funções a biblioteca escolar se encarrega de desenvolver nos estudantes o gosto pela leitura, assim como a interação e aprendizagem do uso dos catálogos e recursos informativos da biblioteca, cujo insumo principal é a informação existente. Para Nunes (1998, p.171)

“A biblioteca escolar é o centro dinâmico de informação da escola, que permeia o seu contexto e o processo ensino-aprendizagem, interagindo com a sala de aula. A partir do perfil de interesses dos usuários, dispõe de recursos informacionais adequados (bibliotecários e multimeios) provindos de vigorosos critérios de seleção, dando acesso ao pluralismo de ideias e saberes. Contribuindo para a formação integral do indivíduo, capacitando-o a viver em um mundo em constante evolução”.

Tais apontamentos reafirmam que o tratamento da informação nas bibliotecas escolares aponta como um meio eficaz para explorar e usar o conhecimento gerado pela instituição e seus usuários. Uma vez colocado em prática o tratamento documentário, formalizado em uma política, a construção das linguagens documentárias se consolida tendo como princípio os processos inerentes a elas, tais como a catalogação de assuntos e indexação.

Infere-se que o tratamento tanto temático quanto descritivo da informação nos ambientes escolares não se limita a um único enfoque, muito menos está condicionado a lidar com linguagens que não sejam eficazes, porquanto o seu sucesso está relacionado à sua capacidade de uniformizar os procedimentos para uma única linguagem. Tal linguagem deve seguir os elementos da política de indexação e satisfazer as necessidades de informação e conhecimento tanto do profissional quanto do educando nas organizações escolares.

### 3 Metodologia

Neste estudo utilizamos a pesquisa etnográfica com uso de observação participante. Optou-se por essa forma de abordagem metodológica, pois se pretendeu a interação

<sup>1</sup> O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Mais informações em <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso>>

com a cultura, com o modo de agir, e observar as situações cotidianas de um grupo particular, neste caso, das bibliotecas escolares.

A pesquisa etnográfica objetiva a descoberta de novas relações e de novas formas de entendimento da realidade a partir da observação e visão dos participantes sobre os significados dos resultados obtidos em sua prática cotidiana. Para isso, se utiliza as técnicas de observação participante, entrevista e análise da entrevista pelo pesquisador com base nos aspectos observados e resultados obtidos de estudos teóricos, bem como análise da documentação, que se organizam em três etapas: 1) exploração que consiste na seleção dos problemas, do local e os primeiros contatos com o campo de estudo; 2) decisão, ou a busca dos dados para compreensão e interpretação do fenômeno; e 3) explicação da realidade, pela análise de todo o processo vivenciado pelo pesquisador, através dos relatos dos profissionais sobre a atividade desenvolvida (Maia, 2007).

A observação participante ou participativa é uma técnica de coleta de dados da pesquisa etnográfica que se caracteriza por ter como propósito proporcionar um método de geração de conhecimento por parte do pesquisador e do pesquisado. Assim, o objetivo da aplicação da observação participante nas instituições permite visualizar a compreensão dos profissionais quanto às técnicas de indexação. A pesquisa participante para Brandão (1984),

Trata-se de um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação.

Lakatos e Marconi (1991) destacam a observação participante como um tipo de pesquisa que não possui um planejamento ou um projeto anterior à prática, sendo que o mesmo só será construído junto aos participantes.

Maia (2007) afirma que a observação participante possibilita ao pesquisador um maior grau de interação com a situação, sem que este interfira de qualquer forma no ambiente, permitindo assim que as pessoas e as situações sejam observadas de forma natural.

Dessa forma, utilizamos a pesquisa etnográfica para visita e observação participante da indexação, da política de indexação e da escolha da linguagem de indexação utilizada na biblioteca escolar.

Foi estabelecido o uso da metodologia da pesquisa etnográfica composta de: conversa com o profissional sobre a atividade desenvolvida, observação participante e coleta de documentação. Os primeiros passos consistiram em uma conversa informal com o profissional sobre as bibliotecas e seu papel na instituição assim como treinamentos e capacitações recebidas. Para o segundo passo observou-se os

acervos e as linguagens documentárias utilizadas, o terceiro passo permitiu verificar se as bibliotecas contavam com uma política de indexação ou manuais estabelecidos.

As bibliotecas escolhidas estão situadas na cidade de Garça/SP. A primeira escola trata-se de uma escola estadual que atende tanto ensino fundamental quanto o médio. As demais escolas pertencem ao SIBESC – Sistema Integrado de Bibliotecas Escolares de Garça e possui três bibliotecas inauguradas, sendo essas escolas administradas pela prefeitura municipal.

#### 4 Resultados e Discussões

O SIBESC, sistema responsável por administrar as bibliotecas municipais, faz uso do software PHL em suas bibliotecas e assim faz uso da tabela Cutter e tem como linguagem a CDD – Classificação decimal de Dewey. A bibliotecária responsável pelo SIBESC o dirige a partir de uma biblioteca especializada em educação que se localiza no prédio da secretaria de educação municipal.

As bibliotecas seguem as linguagens documentárias hierárquicas designadas pela Classificação Decimal de Dewey, apenas a literatura infantil segue outra classificação além da CDD. Esta classificação é feita por idade e cor, sendo elas de 0-3 anos a cor amarelo, 6-9 anos etiquetas em vermelho, 9-12 anos na cor azul, além de literatura juvenil e literatura infantil-poesia. Além de estantes voltadas ao público infantil, a biblioteca também dispõe de vários outros tipos de material como revistas e fantoches, entre outros.

A sala de leitura da Escola Estadual é voltada mais para o público do ensino fundamental e médio e, devido a isso, a sala de leitura apresenta outro ambiente também muito agradável, com várias mesas e uma iluminação adequada. No entanto, o acervo é classificado e distribuído nas estantes de acordo com seu assunto, não há um tratamento documentário de classificação ou indexação. Os livros são anotados por seu número de tomo e organizados segundo o assunto disposto na ficha catalográfica presente nos livros.

A sala de leitura não possui um software que lide com seu acervo e com empréstimos e devoluções, tudo é anotado manualmente. O acervo, em sua maioria, é formado por doações que o governo estadual envia às escolas, assim como kits literários para os alunos no início do ano letivo.

As salas de leitura estão dispostas na resolução SE 70 de 21-10-2011, que dispõe sobre a instalação de salas e ambientes de leitura nas escolas da rede pública estadual e considera a necessidade de estabelecer normas e procedimentos para a atuação de professor nas salas/ambientes de leitura das escolas estaduais.

De fato, o foco deste ensaio não objetivou diferenciar as salas de leitura e bibliotecas em si, mas sim a linguagem escolhida para cada acervo.

As diferenças entre as duas quanto à linguagem do acervo foram várias. A observação participante possibilitou verificar o quanto um tratamento documentário se faz necessário, e o mesmo afirmaram os profissionais responsáveis por cada uma.

A linguagem escolhida pelas bibliotecas municipais mostra-se mais completa, pois faz uso de uma linguagem documentária, ainda que seja para fins de classificação, aproximando assim o usuário e possibilitando que o acervo esteja bem representado e seja facilmente recuperado.

A lei 12.244/2010 (Brasil, 2010) de 24 de maio de 2010, propõe que exista no mínimo um livro para cada aluno matriculado. Enfatiza-se que por serem escolas de cunho governamental diferente, as visões também divergem, sendo assim uma classificação por assunto é mais fácil de manusear e é a mais facilmente encontrada na rede estadual, entretanto não é precisa e tampouco contempla as minúcias e particularidades de cada assunto.

As primeiras observações consideraram uma conversa com os profissionais responsáveis nas duas instituições a respeito de seus acervos bem como de treinamento e/ou capacitação, se os receberam. O segundo passo destinou-se a observar o acervo e sua linguagem. O terceiro passo buscou verificar se a instituição possuía algum manual ou política.

Estas observações apontaram que a sala de leitura não apresenta nenhum manual ou política; as bibliotecas municipais fazem uso da tabela Cutter, CDD, mas também não apresentaram manual de procedimentos ou política direcionados especificamente às linguagens documentárias.

Ambos os profissionais foram categóricos ao afirmar a necessidade de um acervo bem estabelecido e claro. Sendo assim, em resposta ao quarto passo, os profissionais foram informados e receberam um breve treinamento quando iniciaram nesta função.

Enfatiza-se assim que tanto a experiência quanto o conhecimento do profissional ao traduzir e representar uma linguagem deve considerar todos os aspectos, objetos e interpretações que se seguem a ela, uma vez que quando o documento é representado, tanto as linguagens quanto as interpretações e significados são avaliados. Esta é apenas uma das discussões que envolve o profissional bibliotecário e que não está presente na formação do professor, estes tópicos correspondem a apenas um dos muitos que atualmente se discutem, porém não serão discutidos a fundo neste ensaio, mas são informados a fim de trazer uma maior clareza e interesse para a continuidade deste estudo.

## Considerações

Diante de diversas aplicações e adaptações os estudos envolvendo as bibliotecas escolares e a observação participante está cada vez mais relacionada e interconectada com as mais distintas áreas do conhecimento. A sua relevância frente às linguagens está firmada e inferida em seus estudos.

As funções e ações da pesquisa participante para a indexação é de clara importância e condicionalidade. Cada aplicação aponta seu fundamento e abordagem, assim como outros questionamentos, visando assim contribuir para o aprofundamento das questões de representação e tradução das linguagens de indexação, ponderando seu alcance e escopo em relação às bibliotecas escolares.

Infer-se também que a forma estruturada das linguagens, suas traduções e representações nas instituições sendo elas dos mais variados cunhos governamentais, influenciam diretamente nos propósitos da unidade informacional.

Considerando isso, os autores, citados neste estudo reforçam a necessidade de uma linguagem documentária estruturada a partir da profundidade teórica fornecida pelos ambientes escolares e que busca ser entendida como ferramenta imprescindível de modo a promover e agregar valores, eficácia e consistência à informação.

## Referências

- Agustín Lacruz, M. Del C., Fujita, M. S. L.; Terra, A. L. S (2013) Indizar, clasificar y organizar las colecciones de las bibliotecas escolares: Herramientas en lengua española y portuguesa. // Ribeiro, F., Cerveira, M. E. (Org.). Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano - Atas do I Congresso ISKO Espanha e Portugal e XI Congreso ISKO España. 1ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CETAC. MEDIA, 2013, v. 1, p. 701-717
- Brandão, C.R. (ed.) (1981). Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Brasil (2010). Leis e Decretos, Leis nº 12.444 de 24 de maio de 2010.
- Carneiro, M. V (1985). Diretrizes para uma política de indexação. // Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 1985. 221-241, set.
- Cintra, A.M. M (et.al) (2002). Para entender as linguagens documentárias. 2. ed. rev.e ampl. - São Paulo: Polis, 2002
- Fujita, M.S.L.(2003). A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional. // Tese livre docência - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2003
- Fujita, M. S. L.; RUBI, M. P (2007). Protocolo verbal como metodologia sociocognitiva para coleta de dados e recurso pedagógico em sala de aula. // Machado, L. M.; Maia, G. Z. A.; Labegolini, A. C. F. B. (Org.) Pesquisa em educação: passo a passo. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, v.2, 2007. 143-56
- Gil, A.C (1991). Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- Ifla/Unesco (1999). A biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos. Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO. 1999
- Lakatos, E.M.; Marconi, M.A (1999). Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.
- Macedo, N.D. (Org.) (2005). Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual. - São Paulo: Editora Senac; Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região – São Paulo, 2005.
- Maia, G.Z.A (2007). Pesquisa etnográfica e estudo de caso. In: Labegolini, A.C.F.B (Org.). Pesquisa em educação: passo a passo. Marília: Edições M3T, 2007
- Malo, M.J.O.M.C (2009). As bibliotecas escolares e as linguagens documentárias: propostas metodológicas de uma lista controlada de termos. // Dissertação de Mestrado em gestão da informação e bibliotecas escolares, Lisboa, 2009.
- Nunes, C. O (2004). Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. // Biblos, Rio Grande, 16, 2004. 55-61.
- Nunes, Walda de Andrade (1998). Biblioteca escolar no sistema de ensino brasileiro: um desafio em tempos de leitura e uso da informação. // Tese de Doutorado, São Paulo: FEA-USP, 1998.
- Santos, L.B.P (2011). Política de indexação para bibliotecas. 2011. Relatório (Bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico CNPq)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- Vale Eurides A do (1987). Linguagens de indexação. // Smit, Johanna W. (Coord.). // Análise documentária: a análise da síntese. Brasília: NCT – CNPQ, 1987. 12 – 26.

---

Copyright: © 2016 Guim e Fujita (et al.). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

---

Received: 2016-07-21. Accepted: 2016-08-04